

A GESTÃO ESCOLAR E O BOLSA FAMÍLIA: UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

*Igor Tairone Ramos dos Santos*¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

*Joselito Alves Martins*²

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

*Arlete Ramos dos Santos*³

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a importância do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família para a permanência de crianças e adolescentes na escola. Uma das condicionalidades para o recebimento do benefício é que seja assegurada a frequência das crianças no ambiente escolar. O Bolsa Família é um Programa do Governo Federal criado em 2003 pelo ex-presidente Lula, tal programa foi implantado em Ilhéus e atende a 20 mil famílias nas zonas rurais e urbanas do município. A presente pesquisa usou como metodologia o Estudo de Caso, analisando escolas do município supracitado e como resultado, foi constatado que o Bolsa Família é uma ferramenta importante na manutenção de estudantes de baixa renda no ambiente escolar.

Palavras chave: Bolsa Família; Evasão escolar; Gestão escolar.

Introdução

No Brasil, o tema Gestão Escolar Democrática tem sido objeto de muitas discussões entre os pesquisadores e professores. De acordo com Garcia e Freitas (2016), as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas por aqueles que se dedicam a estudar esta temática, apontam que a gestão democrática e participativa tem se demonstrado como uma grande dificuldade e um desafio para a maioria dos gestores escolares e, de modo particular, para aqueles que trabalham com as escolas do campo.

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo (GPEMDEC). ramodossantosigortairone@gmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação em Gestão da Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz.

³ Pós-doutorado em Educação e movimentos sociais (UNESP); Doutora em Educação (FAE/UFMG), Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Professora no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Formação de Professores para a Educação Básica (DCIE/UESC) e do PPGED/UESB. Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas (CEPECH); Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo – GPEMDEC/CEPECH (DCIE/UESC e DCHEL/UESB).

A presente pesquisa foi desenvolvida pelo método qualitativo, por considerar que esta forma de estudo possibilita a compreensão dos fenômenos relacionados à escola, uma vez que retrata a riqueza do dia a dia escolar. Assim, os estudos qualitativos são importantes por proporcionar a real relação entre a teoria e a prática, oferecendo ferramentas eficazes para a implementação das questões educacionais. (LUDKE; ANDRÉ, 1986). O método utilizado é o estudo de caso, que é uma modalidade de pesquisa que consiste no estudo de um objeto em que se busca descrever os vários aspectos que detalham a complexidade de um conhecimento sobre um determinado problema, descrevendo como um todo (GIL, 1991).

Os procedimentos para a coleta de dados foram a análise de documentos e observação participante a partir de contato direto com os alunos/beneficiários e do gestor escolar do Programa. O universo da coleta de dados empíricos foi representado por 20 alunos, sendo 10 beneficiários e 10 não beneficiários do programa Bolsa Família, considerando o mesmo perfil socioeconômico, a partir de uma seleção aleatória. A pesquisa documental foi desenvolvida a partir de documentos da escola e da Secretaria de Educação do Município de Ilhéus dos últimos 02 anos.

Considera-se que o modelo educacional atual já não comporta formas atrasadas e burocráticas de se administrar o espaço escolar, cujos moldes eram pautados em propostas de décadas passadas, em que o termo administração significa subordinação, controle, obediência entre outros (GIACATERINO, 2010, p.20). Contemporaneamente, tanto a escola quanto a sociedade passam por um processo de evolução tanto social, quanto tecnológico. É fato que, a sociedade muda e a escola deve também acompanhar essas mudanças, contudo, na maioria das vezes, a educação tem resistido bravamente a essas mudanças, mas se faz necessário achar caminhos para contornar tais transformações, paralelo a isso, é importante rejeitar as formas autoritárias de gestão e deste contexto cita-se a burocratização e o autoritarismo no controle docente.

Destarte, é importante destacar que a educação para a população do campo foi algo que não tivera uma atenção específica durante muitas décadas e de acordo com o IBGE (2002), houveram ações com o objetivo de promover alfabetização que eram realizadas através de campanhas, projetos e/ou políticas compensatórias, sem levar em consideração as formas de viver e conviver dos povos do campo, a sua história e cultura (IDEM). Ao longo do tempo, a população campestre ficou excluída do processo educativo e, somente a partir da década de 90 essa situação começa a dar sinais de mudanças. A população do campo passou a

não aceitar mais essa situação de dominação cultural e política e vêm buscando ser protagonista de sua própria história.

Assim, os movimentos sociais e sindicais começaram a pressionar os governantes a formularem políticas públicas, voltadas para a população do campo, a partir de propostas pedagógicas que respeitassem as suas realidades, as suas formas de produzir, de lidar com a terra, de viver e conviver no campo (QUEIROZ, 2011). Desta maneira, a Educação do Campo começa a fortalecer as suas lutas pela democratização do acesso à educação, realizando quebra de paradigmas até então vigentes, concretizando a implementação de dimensões mais amplas para uma educação e gestão escolar, baseada em princípios gestionários de participação e autonomia, princípios estes contemplados no artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que afirma:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2003, p.37).

Esses aspectos colocados como diretrizes gerais para os gestores das escolas do campo requerem um amplo conhecimento sobre questões administrativas, gestão de pessoas, educação campesina e outros. Mas, nada disso se mostra suficiente se o dirigente escolar não tiver lideranças para formar um coletivo escolar que envolva as instâncias administrativa, pedagógica e sociais da escola do campo (GIL, 2003). Ainda de acordo com Gil (2003), somente a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos nas decisões/ações da escola manterá o desafio de formar um coletivo.

Diante das múltiplas realidades vividas nas escolas do campo em que viemos atuando há um ano, quer que seja desenvolvendo atividades de ensino ou de pesquisadores, o tema que terá atenção especial neste estudo é o do desempenho escolar dos alunos da escola campesina. Essa temática ganha concretude quando se busca verificar alguns aspectos importantes, o primeiro diz respeito aos alunos, quando se questiona até que ponto estes, cujas famílias beneficiárias do programa de Transferência Mínima de Renda, o Bolsa Família, apresentam melhor desempenho escolar em relação a outros de igual condição social e qual a percepção de sentido que eles apresentam sobre esta política. Foi questionado ainda sobre a visão que os gestores escolares têm sobre o Programa Bolsa Família e se este contribui para o bom desempenho escolar dos estudantes. Para responder aos questionamentos, o objetivo principal

da investigação é apresentar os dados de desempenho escolar, de frequência e evasão dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, (PBF) e analisar a percepção de sentido apresentada pelos alunos e gestores sobre o Programa. O *locus* de estudo é uma escola do campo do ensino fundamental do Município de Ilhéus-BA de nome Escola Municipal Manoel Malaquias Reis.

O artigo, inicialmente, apresenta algumas considerações sobre o Programa Bolsa Família, destacando-o como principal programa social de combate à pobreza e desigualdade do Brasil a partir do ano de 2002. Em seguida, procura-se caracterizar o campo de estudo, situando o espaço físico e geográfico da escola, o perfil geral desta e suas especificidades históricas, administrativas, pedagógicas e arquitetônicas; o quadro geral dos alunos pesquisados com local de moradia que acessam a bens de serviços e direitos sociais. E, na segunda parte, são analisados os documentos coletados na secretaria da escola com a finalidade de organizar um quadro estatístico com o número de alunos contemplados com o Programa Bolsa Família no Município de Ilhéus-Ba em 2014. Finaliza-se com as características e impactos marcantes do desempenho escolar dos alunos da escola do campo e as percepções de sentidos desta política entre estes e gestores envolvidos no Programa supracitado.

O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 pela Medida Provisória nº 132, de 20 de novembro de 2003, que logo adiante virou a Lei 10.836/09/2003. Tal Programa reuniu todos os demais programas de transferência de recursos do Governo Federal como: Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação e é destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140 mensais.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal do Brasil-MDS (2009, p. 63) tem como missão “Promover o desenvolvimento social e combater a fome visando a inclusão e a promoção da cidadania, garantindo a segurança alimentar e nutricional, uma renda mínima de cidadania e assistência integral às família” e para este, o fato de as famílias receberem o benefício, tem ajudado a manter a criança na sala de aula, lhes assegurando a garantia de um direito constitucional, que é o direito de aprender e se afastar de situações de vulnerabilidade.

De acordo com a LDB nº 9394/96 a Educação é direito de todos e obrigação do Estado, essa garantia está na Constituição Federal de 1988, que diz no seu artigo nº 205, Pagina 75 “a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família” e considera que ela é direito social subjetivo e que qualquer pessoa, grupo social ou até o Ministério Público podem cobrar a sua efetivação. É nesse sentido, que o Programa Bolsa Família tem colaborado, uma vez que, as crianças e os adolescentes que estão na escola, recebem um benefício para continuar os seus estudos, isso eleva a sua permanência e a melhora do desempenho escolar.

De acordo com o MDS (2009) o programa possui três eixos principais: transferência de renda, as condicionalidades e os programas complementares. A transferência de renda procura promover o alívio imediato da pobreza e as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares, Vale Gás, Bolsa Escola objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar sua situação de vulnerabilidade sócio-econômica.

Um estudo realizado em escolas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA têm apontado que, de modo geral, o programa tem se destacado positivamente, principalmente no tocante à renda e ao impacto no movimento de combate à pobreza e à desigualdade social. De acordo com uma pesquisa do IPEA de 2009, entre os anos de 2001 e 2005 houve uma queda de 4,6% no coeficiente de Gini⁴ (BARROS et al., 2007). Os autores também demonstram que essa melhora na concentração de renda levou a uma expressiva redução da pobreza e da extrema pobreza: estudos feitos pela Fundação Getúlio Vargas demonstraram em seus resultados uma queda de 19,18% no número de miseráveis, entre os anos de 2003 e 2005 (NERI, 2006)

De acordo com o autor supracitado, a desigualdade de renda familiar per capita caiu de forma contínua e substancial, visto que a renda familiar dos estratos mais pobres tem crescido em contraposição à estabilidade ou queda dos rendimentos dos estratos médios e superiores, fato observado no decorrer do ano 2000 (BARROS et. al, 2007).

Dados do Ministério da Educação-MEC apresentados em 2002 e divulgados em 2009 pelo MDS, já revelam melhoria na qualidade da educação básica nos Estados do Norte e

⁴ O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento “Variabilidade e mutabilidade, em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada a grande gama de medidores de desigualdades de distribuição, principalmente em temas sociais (GREMAUD; VASCONCELOS, 2007).

Nordeste do Brasil. Segundo dados apresentados pelo MEC (2009), os estudantes beneficiários do Programa têm apresentado um melhor desempenho em diferentes aspectos na escola, a exemplo da frequência, aprovação e diminuição da evasão escolar. A respeito da aprovação escolar, a média nacional é de 75,2% no Ensino Médio e quando se trata dos beneficiários do Bolsa Família é de 83,3% no Norte e 82,7% no Nordeste. Outro requisito, que também tem superado a média nacional, é o da frequência escolar, que possui taxa de 85% enquanto a exigência, segundo a LDB. 9394/96 é de 75%.

A escola do campo de estudo desta pesquisa forma uma nucleação que é entendida como um método adotado em algumas escolas que reúne um número de Escola do Campo com a mesma equipe gestora constituinte, que em Ilhéus, um destes pontos de nucleação é o Núcleo Aritaguá II, formada pelas escolas: Manoel Malaquias Reis, Escola Municipal do Retiro, Escola Municipal da Tibina, Escola Municipal da Ponta do Ramo e a Escola Municipal Almiro Vinhais, autorizadas a funcionar pelo decreto 132/87, no Diário Oficial do Município de Ilhéus do dia 18/08/87 e, a Escola Municipal da Tibina, a Escola Municipal Brígido Portela e o Grupo Escolar Juerana autorizadas pelo decreto 060/94, no Diário Oficial do Município de Ilhéus em 30/09/94. A Escola Polo/Sede, é a Escola Municipal Manoel Malaquias Reis, que se localiza no Distrito de Ponta da Tulha do Município de Ilhéus-Ba, agregando os povoados circunvizinhos que são: Mamoan, Ponta do Ramo, Tibina, Juerana, Retiro, Ponta da Tulha e Aderno.

A **Escola Manoel Malaquias Reis** é a escola sede e está situada no povoado de Ponta da Tulha, instalada em 2 prédios distintos, a respeito de sua estrutura física, esta possui dois espaços, destes, um é próprio e o outro é alugado. A data do seu início não é conhecida, porém o seu funcionamento foi autorizado pelo decreto 132/87, no Diário Oficial do Município de Ilhéus do dia 18/08/87 e atende aos alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. Segundo antigos moradores, a escola recebeu esse nome em homenagem ao Sr. Manoel Malaquias, que era pescador da vila e possuía muitos terrenos e decidiu fazer a doação de um terreno para a construção do prédio escolar, porque sempre se preocupou com a educação das crianças que habitavam naquela localidade.

Esta unidade escolar possuía espaço próprio até o ano de 2010 e tinha somente duas salas de aula, uma cozinha, dois banheiros e um depósito. Esta, atendia a alunos de turmas regulares, dos anos iniciais do ensino fundamental. No ano de 2014 passou por melhorias na sua estrutura física, ampliando o número de salas para quatro e também reformou os demais espaços e instalação da rede de esgoto, do tipo fossa.

Os dois espaços onde funciona a escola possuem um número aproximado de 125 alunos e seus cursos estão distribuídos da seguinte maneira: no prédio pertencente à escola são atendidas as crianças da educação infantil e anos iniciais do fundamental e no prédio alugado estão as turmas de ensino fundamental dos anos finais.

O Programa Bolsa Família foi implantado no município de Ilhéus no mesmo ano, tendo com responsável a Secretaria de Assistência Social-SEDES. Esta, atende atualmente mais de 20 mil famílias no centro urbano e na zona rural. A região que mais possui beneficiários é a região de Inema, que sozinha, atende mais de nove mil famílias, segundo dados fornecidos pela própria Secretaria em 2006.

Dados da Escola Nucleada Aritaguá II.

A Escola Nucleada de Aritaguá II, com sede na Rua Principal no Distrito da Ponta da Tulha é composta de sete salas isoladas que compõem sua nucleação, tem 54 funcionários, sendo 49 efetivos e 5 contratados pela Prefeitura Municipal e é registrada com o número: 29302450. Com base nas últimas avaliações externas, realizadas pelo MEC, a aprendizagem da escola em relação à matemática ficou abaixo da meta da escola que é de 10%, já para os alunos que fizeram a Prova Brasil de Língua Portuguesa, a taxa de aprovação ficou em 6% e em relação aos 79 alunos do quinto ano, destes, só quatro demonstraram um aprendizado adequado à meta exposta acima.

Segundo o Censo Escolar de 2013, na matrícula existem: 376 alunos do 1º ao 5º ano, 89 alunos na pré-escola, 89 na Educação de Jovens e Adultos-EJA (a creche mencionada passou a funcionar a partir de 2013, só entrando no Censo no ano seguinte.). A escola não possui biblioteca, sala de computadores e nem laboratório de ciências, também não há presença de sala de leitura e nem uma sala para atendimento especial aos alunos com necessidades especiais, entretanto quando necessita estes alunos são encaminhados para o Centro de Referência Integrado em Atendimento Especializado-CRIE.

Sobre a prática de atividades, tais como lazer de forma geral e esportes, existe certa dificuldade, haja vista a não existência de uma quadra poliesportiva, sendo assim, as atividades de recreação são realizadas fora da escola, ao ar livre. A matrícula por Ciclo da Aprendizagem teve as seguintes características em 2013: Ensino Fundamental I (1º ano) com 61 alunos matriculados, 67 alunos no 2º ano, 109 no 3º ano; 60 no 4º ano e 79 no 5º. No Fundamental II, que vai do 6º ano até o nono ano, o número de alunos matriculados

demonstrou as seguintes características: 100 alunos no 6º ano, 25 alunos no 7º ano; 26 alunos no 8º ano e 16 no 9º ano.

Sobre as condições físicas e de saneamento básico da escola, a água não é potável, sendo fornecida através de um poço artesiano em todas as suas escolas nucleadas, também não existe rede de esgoto, o serviço é através de fossa séptica e o lixo é recolhido regularmente pela prefeitura do município. Dados do Bolsa Família a respeito da Escola Nucleada de Aritaguá II, mostram que todas as crianças que estão dentro das condicionalidades recebem tal benefício. Todos os meses, a escola envia um relatório do número de faltas que cada aluno obteve durante o ano letivo para o MEC, porque a lei 10.836/2004 que criou o Programa Bolsa Família no seu artigo 28, item III insta que a frequência mínima dos alunos seja de 85% para crianças e adolescentes de quatro a seis anos e 75% para jovens com idade de dezesseis a dezessete anos.

Na Escola Nucleada de Aritaguá II, as crianças de seis a oito representam um número de 97 alunos que estão no Programa e os estudantes de idade compreendida entre 9 e 12 anos são 69, estes fazem parte do Programa e não apresentam descumprimento das condicionalidades exigidas, que são a frequência escolar e a caderneta de vacinação atualizada. Entre os que têm idade compreendida entre dezesseis e dezessete anos, todos estão recebendo o benefício e as famílias usam tal auxílio em compra de comida, utensílios de uso pessoal e material escolar.

No caso específico da evasão escolar em Ilhéus, a taxa crianças e adolescentes que evadiram em 2012 foi de 0,5 %, no entanto em 2013 esta taxa foi menor, sendo de 0,2%. E, no caso do meio rural, o índice que era cerca de 0,8% em 2012 passou para 13,8% em 2013 (BRASIL, 2013). Os dados apontam que os principais motivos que causam a evasão são: mudança de local de trabalho dos pais (em grande parte, de uma fazenda para outra), gravidez, negligência dos pais ou responsáveis e como principal fator: o trabalho infantil nas fazendas de cacau. Mas segundo a Secretaria de Educação-SEDUC/Ilhéus, depois que a criança é inserida no Programa, a sua permanência na escola tem melhorado, além de sua aprovação no final do ano letivo igualmente seguir essa tendência. (SEDUC/Ilhéus, 2010).

Análise e discussão dos dados coletados.

Dentre as perguntas que foram conjecturadas durante a elaboração desta pesquisa, cita-se: Até que ponto os alunos cujas famílias beneficiárias do programa de Transferência Mínima de Renda, o Bolsa Famílias, apresentam melhor desempenho escolar em relação a outros de igual condição social? E, qual a percepção de sentido que eles apresentam sobre esta política? Interrogou-se ainda sobre a visão que os gestores escolares têm sobre o programa Bolsa Família e se este contribui para a permanência do aluno na escola.

A nossa abordagem se deu com o seguinte questionamento a respeito da importância do Programa Bolsa Família, a primeira pergunta foi se as crianças sabiam da existência do Programa Bolsa Família e essa pergunta foi feita para 20 crianças, destas, 10 responderam que recebiam o benefício e 10 que não o recebiam, e nas respostas constatou-se que todos conhecem o Programa e sabem os procedimentos para ter acesso ao benefício. Apenas três estudantes da escola não o recebem, em decorrências de os pais terem uma renda que não se enquadra na condicionalidade exigida pelo Programa e estas condicionalidades são as seguintes: manter atualizada a caderneta de vacinação e ter frequência escolar mínima de 75%.

Em seguida, foi feita a pergunta aos professores e à diretora da escola sobre seu conhecimento a respeito do Programa e percebeu-se que todos os professores, 59 no total, sabem da existência do mesmo. Outra pergunta realizada, foi se eles acham que o Programa ajuda a permanência da criança na escola e nas respostas apareceu que todos acreditavam em uma relação entre a permanência no ambiente escolar e o recebimento do benefício. A respeito de outra pergunta, sobre a opinião dos sujeitos a respeito da importância do programa, foi constatado que 19 dos 59 professores acham que o programa é importante, 20 o acham muito importante, 10 não quiseram responder, 15 o achavam sem importância. Para a gestora da escola, o Bolsa Família tem uma grande importância, pois ajuda na permanência dessas crianças na sala de aula.

Na pergunta sobre como os beneficiários gastam o benefício, quase todos os professores responderam que acham que o benefício é usado em alimentação e em vestuário, apenas três professores acham que a família usa em bebidas ou coisas que não são especificamente para a manutenção das crianças na escola. Em outra pergunta, a respeito de o dinheiro ser entregue à esposa ou o esposo, todos acham que se fosse entregue aos esposos, o benefício poderia ser usado em atividades que não trariam benefícios a família.

O estudo foi desenvolvido para identificar o desempenho, a frequência e evasão escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), a partir de um grupo de 10 alunos beneficiários e 10 não beneficiários da Escola Nucleada Aritaguá II, é apontado nas tabelas abaixo que: apenas três alunos não recebem o benefício; em relação à frequência, os beneficiários pouco faltam e a despeito disso, há uma média anual baixa relativa ao seu desempenho escolar. A escola estudada não trabalha com notas numéricas e sim com conceitos, que são descritos como: CNC (Competência Não Construída), CC (Competência Construída), CA (Competência Aproximada). Os conceitos são: CC (Competência Construída entre 8 a 10), CA (Competência Aproximada entre 7 a 8) e CNC (Competência ainda em Construção zero a 6).

TABELA 1

**DESEMPENHO DE ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
POR ANO-2011-2013 - ILHEUS-BA**

Nº DE FALTAS			Media final		
2011	2012	2013	2011	2012	2013
(1º ano) 20	10	Zero	7 a 8	8 a 9	O ano letivo ainda não havia terminado na época de coleta dos dados.
(2º ano) 19	11	Zero	7 a 8	8 a 9	
(3º ano) 13	09	Zero	7 a 8	8 a 9	
(4º ano) Zero	Zero	Zero	8 a 9	8 a 9	
(5º ano) Zero	Zero	Zero	8 a 9	8 a 9	

Fonte: SEDUC (2013). Dados sistematizados pelos autores

Sobre as questões relativas à percepção de sentido que os alunos beneficiários e o gestor têm sobre as políticas de inclusão social e o Programa Bolsa família, constatou-se que entre os 10 alunos entrevistados, todos afirmaram conhecer os programas, desses, 07 responderam que o Programa ajuda no combate à pobreza e 03 afirmaram que o programa podem até ajudar em parte, mas não ajuda no combate à pobreza.

Nas respostas sobre o que fazem com o benefício recebido dos programas sociais do Governo Federal, a maioria apontou que deveria existir uma fiscalização maior para que algumas pessoas não fizessem uso indevido do dinheiro, com a compra de utensílios que não ajudam na manutenção da criança na escola e não estivesse ligado ao seu processo de ensino-aprendizagem. Sobre a desigualdade social, os professores afirmaram que esta é a maior responsável pelo aumento da pobreza e da miséria no país.

A nossa pesquisa também ouviu mães de alunos, professores e o gestor da escola pesquisada sobre o Bolsa Família e lhes foi perguntado se tal Programa tem ajudado na permanência de crianças e adolescentes, regularmente matriculados na Escola. Os entrevistados foram unânimes em afirmar que o Programa ajuda no combate à evasão escolar e no bom desempenho das crianças e dos adolescentes da Escola Municipal Manoel Malaquias Reis. Contudo, os professores e gestores declararam que a família também exerce papel relevante na educação dos seus filhos e no incentivo aos estudos e destacam ainda outro fator que influencia na evasão escolar, que são as dificuldades como transporte e chuva que os alunos enfrentam para chegar até a escola.

Considerações finais

O Bolsa Família tem o objetivo de diminuir a pobreza, e por consequência, a desigualdade social, na medida em que transfere renda para um grupo de famílias elegíveis, impondo-as algumas condicionalidades que abrangem os direitos básicos, como à educação e à saúde. Programas como esse tem um papel importante para solucionar, ou pelo menos mitigar problemas sociais históricos do Brasil, que se manifestam de várias formas na saúde, na educação, dentre outros. E como estudado nesta pesquisa, realizada na Escola Manoel Malaquias Reis, tal incentivo auxilia a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade social no ambiente escolar.

Assim, notou-se que com a adesão da escola ao Programa supracitado, a evasão foi diminuída, tornando a educação de certa forma mais acessível. No entanto, como foi

constatado pela pesquisa, ainda existem desafios a serem superados, pois somente assegurar a permanência não é tão eficaz, fazem-se necessárias alternativas para que haja um impacto positivo também sobre o desempenho, pois assim, além de alcançar a permanência dos alunos na escola, também seja alcançado um aprendizado satisfatório dos mesmos.

Referências

BARROS, Ricardo Paes de et al. **A queda recente da desigualdade no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1258.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Instituto de Brasileiro de Opinião e Estatística (IBGE)**. 2002.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira**. Sinopse Estatística da Educação Básica 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro. 2009.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro. 2013.

BRASIL. **O Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Ministério da Educação, Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade – SECAD. S/Cidade: S/E, 2002.

GARCIA, Luciane Terra dos Santos; FREITAS, Alessandra Cardoso de. **Gestão Educacional Democrática: avaliação e práticas**. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20522/5/Gest%C3%A3o%20Educacional%20Democr%C3%A1tica%2028Digital%29.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; BORGHI, Raquel. **A nova gestão pública e o contexto educacional brasileiro**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL CIDInE, 2., 2009, Vila Nova de Gaia. Actas: novos contextos de formação, pesquisa e mediação. Aveiro: Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Cultura e do Ensino Superior, 2009. v. 1. p. 1-17.

GIANCATERINO, Roberto. **Supervisão escolar e gestão democrática: um elo para o sucesso escolar**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.

GIL, Raquel Mattos. **O papel do gestor escolar na melhoria da qualidade da educação**. 2013. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uem_gestao_pdp_raquel_mattos_gil.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019.

GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de, Toneto Jr, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007. 7.ed.

ILHÉUS. **Secretaria Municipal de Educação**. 2010.

ILHÉUS. **Secretaria Municipal de Educação**. 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

NERI, Marcelo. **Motivos da evasão escolar**. 2009. Disponível em:
<https://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3-Pesq_MotivacoesEscolares_sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**, Vitor Henrique Paro. Ed. Xamã. São Paulo, 2003.

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Retiro. Secretaria de Educação de Ilhéus-BA. 2008.

Projeto Político Pedagógico da Rede de Municipal de Ensino. Secretaria de Educação de Ilhéus-BA. 2008.

SALVADOR. **Portal SMEC**: www.smec.salvador.ba.gov.br. Acesso em 12 junho. 2014.

SEVERINO. **Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2003.